

Propensão ao risco e ambição progressiva: o caso dos deputados federais nos Estados Unidos

“A ambição está no centro da política. A política prospera com base na esperança de progredir e no ímpeto por cargos” (Schlesinger, 1966, p. 1).¹ Desde que Joseph Schlesinger escreveu essas frases introdutórias a seu esplêndido estudo sobre padrões de carreira nos Estados Unidos, foi realizada uma grande quantidade de pesquisas sobre ambição e comportamento de busca de cargos.² A maior parte dessas pesquisas foi de natureza basicamente empírica, e não tentou oferecer um quadro teórico mais explícito

Artigo publicado originalmente no *American Journal of Political Science*, vol. 23, nº 1, fevereiro de 1979, sob o título “Risk-bearing and progressive ambition: the case of members of the United States House of Representatives”. Direitos autorais concedido por John Wiley & Sons Ltd. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Revisão da tradução por Luis Felipe Miguel.

* Professor do Departamento de Ciência Política na *Duke University* (Durham, Carolina do Norte, Estados Unidos). E-mail: rohde@duke.edu

¹ Esta pesquisa foi patrocinada, em parte, pelo Computer Institute for Social Science Research, na Michigan State University, pelo que sou grato. Uma versão anterior deste artigo foi apresentada à Conference on Mathematical Models of Congress, em Aspen, Colorado, entre 16 e 23 de junho de 1974, e na Conference on Uncertainty, Political Processes, and Public Policy, em San Diego, Califórnia, de 5 a 16 de agosto de 1974. Essas duas conferências foram patrocinadas pela Mathematical Social Science Board. Agradeço aos vários participantes dessas conferências que ofereceram comentários sobre a versão anterior, principalmente John Ferejohn, cujos comentários e incentivos me levaram a revisar e apresentar o artigo para publicação. Os comentários dos avaliadores também foram particularmente úteis, e agradeço por seus esforços. Por fim, também quero agradecer a meu colega Joseph Schlesinger, cujo trabalho estimulou muitas das ideias contidas no artigo, por sua disposição permanente para discutir e comentar esta pesquisa durante seu desenvolvimento.

² Alguns exemplos são: Fishel (1971), Mezey (1970), Black (1972), Hain e Smith (1973), Frost (1972), Swinerton (1968) e Prewitt e Nolan (1969). A teoria da ambição encontrou aplicações inclusive em situações não democráticas; ver Ciboski (1974).

para a análise da ambição.³ Além disso, a maior parte desta pesquisa tem seguido o exemplo de Schlesinger ao selecionar para análise pessoas que se elegeram ou tentaram se eleger para algum cargo e examinar os padrões e as características de suas carreiras.

O presente estudo toma um rumo diferente dessas duas tendências. O foco teórico é a ambição progressiva; o foco da análise empírica está nos deputados federais norte-americanos entre 1954 e 1974 e em suas decisões de se candidatar ou não ao senado federal dos Estados Unidos ou aos governos de seus estados. Começamos formulando uma teoria da ambição progressiva e derivando dela um conjunto de hipóteses testáveis. A seguir, passamos a testar essas hipóteses com base em dados sobre o comportamento dos parlamentares em relação a candidaturas a senador e governador. Entretanto, em vez de analisar as origens dos deputados que se candidataram a esses cargos (análise esta que já foi feita – ver Hain e Smith, 1973, e Frost, 1972), examinaremos cada parlamentar que teve oportunidade de concorrer a um desses cargos e se essa oportunidade foi aceita ou não. Por fim, retomaremos o nível teórico e apresentaremos algumas hipóteses para consideração futura.

Uma teoria da ambição progressiva

Schlesinger (1966, p. 9-10) discute três “direções” ou tipos de ambição: discreta, estática e progressiva. Resumidamente, a ambição discreta diz respeito ao político que exerce um mandato e não se candidata à reeleição nem a outro cargo. A ambição estática está relacionada ao político que se candidata a um cargo com intenção de mantê-lo pelo maior tempo possível. A ambição progressiva se refere ao político que ocupa um cargo e tenta se eleger para outro considerado mais atrativo.

Por ter tratado de pessoas que se comportavam de forma ambiciosa (ou seja, candidataram-se a determinados cargos) em vez de examinar (como no presente estudo) um conjunto selecionado de políticos e predizer se eles se candidatariam ou não a um determinado cargo, a análise de Schlesinger não abordou uma determinada questão conceitual relacionada à distinção entre ambição estática e progressiva, da qual temos que tratar. Ao discutir a ambição estática, ele diz: “Não se pode saber até onde essas ambições são disseminadas, pois são muitas as possibilidades de fazer do cargo uma

³ Uma importante exceção é Black (1972).

carreira. Não obstante, esse é um objetivo marcante de muitos deputados e senadores norte-americanos” (Schlesinger, 1966, p. 10). Sendo assim, uma análise retrospectiva categoriza a direção da ambição com base em comportamento manifesto, e (para usar os deputados federais como exemplo) os parlamentares que cumprem um único mandato ou saem voluntariamente têm ambição discreta, os que tentam permanecer na Câmara têm ambição estática e os que concorrem a cargos superiores têm ambição progressiva.

Uma análise prospectiva como a nossa, contudo, não pode manter essa categorização. Acreditamos que quase todos os deputados têm ambição progressiva e aqui trabalhamos explicitamente com essa premissa.⁴ Ou seja, partimos da ideia de que, se um deputado, no primeiro dia do seu mandato, recebesse uma oferta para ser senador ou⁵ governador *sem custos nem riscos*, ele a aceitaria. Sendo assim, a ambição estática não é algo escolhido *a priori*, e sim um padrão de comportamento manifestado por um deputado em função dos riscos da estrutura de oportunidade específica na qual ele se encontra, e sua propensão a assumir esses riscos.

Trataremos agora de outros pressupostos acerca dos atores a ser descritos por nossa teoria. Em primeiro lugar, partimos do pressuposto de que eles são racionais, no sentido de maximizar a utilidade esperada.⁶

Dito de forma mais simples, ser racional em uma situação de decisão consiste em examinar as alternativas que se apresentam, estimando e avaliando as prováveis consequências de cada uma e escolhendo aquela que proporciona o conjunto de expectativas mais atrativo. (Goldberg, 1969, p. 5.)

Seja qual for a posição que se tenha sobre o benefício ou o leque de aplicabilidade de modelos de política baseados em escolha racional,⁷ esses

⁴ Dizemos “quase todos” por acreditar que a ambição discreta deve ser mantida como categoria separada. Há alguns deputados cuja intenção inicial é apenas completar o mandato que receberam. O caso mais óbvio disso é o da mulher de um parlamentar falecido que aceita concorrer em uma eleição especial para preencher a vaga e cumpre apenas a função de “cuidadora” até a próxima eleição regular. Esses casos, acreditamos, são poucos e desinteressantes. De qualquer forma, serão ignorados teoricamente e retirados da análise empírica a seguir.

⁵ A palavra “ou” é usada aqui no sentido inclusivo, e não no excludente. Ou seja, não partimos do pressuposto de que, se fosse oferecido apenas um desses cargos, todos os membros o aceitariam, e sim que, se ambos fossem oferecidos, cada membro estaria disposto a aceitar pelo menos um deles.

⁶ Para uma discussão geral da maximização de utilidade e do pressuposto de racionalidade, ver Luce e Raiffa (1957, capítulo 2), e Riker e Ordeshook (1973, capítulo 2).

⁷ Para algumas dúvidas e alertas sobre essa questão, ver Sprague (1971).

modelos devem ser muito úteis nessas situações de escolha política calculada, como a opção entre diferentes cargos.

A seguir, pressupomos um determinado cálculo de tomada de decisões por parte dos atores. Para isso, adotamos o cálculo de decisão simples apresentado por Riker e Ordeshook (1973, capítulo 3), do qual Black (1972, p. 146) emprega uma variante. O cálculo que postulamos é o seguinte:

$$E(a_1) = P_1(O_1) U(O_1) + P_1(O_2) U(O_2) + P_1(O_3) U(O_3) - C(a_1) \quad (1)$$

$$E(a_2) = P_2(O_1) U(O_1) + P_2(O_2) U(O_2) + P_2(O_3) U(O_3) - C(a_2) \quad (2)$$

onde $E(a_i)$ é a utilidade esperada de se escolher a alternativa i ,
 $P_i(O_j)$ é a probabilidade de que o resultado j ocorra se a alternativa i for escolhida,
 $U(O_j)$ é a utilidade que o ator recebe se o resultado j ocorrer,
 $C(a_i)$ é o custo de utilidade direto da escolha da alternativa i ,

e onde, especificamente:

O_1 = nenhum cargo é ocupado após a eleição,
 O_2 = o cargo atual é ocupado após a eleição,
 O_3 = o cargo superior sendo cogitado é ocupado após a eleição,
 a_1 = o ator concorre ao cargo atual (ou seja, à reeleição),⁸
 a_2 = o ator concorre a um cargo superior ao atual.

Um ator não poderá ocupar o cargo atual se concorrer a um cargo superior, nem ocupar o superior se concorrer à reeleição, portanto, $P_1(O_3) = P_2(O_2) = 0$. Considerando-se que eliminamos da análise empírica todos os deputados que se afastam da atividade, pode-se ignorar teoricamente o caso em que O_1 é a alternativa preferida. Além disso, é possível simplificar ainda mais a discussão pressupondo que O_1 é o resultado menos preferido. Isso elimina da consideração teórica o caso raro do deputado que quer sair da Câmara e decide concorrer a um cargo superior em vez de se afastar. Esta situação parece ocorrer tão raramente que podemos ignorá-la sem pro-

⁸ Adotando essas descrições de a_1 e a_2 , limitamos nossa consideração àquelas situações em que o ator deve abrir mão do cargo atual para concorrer a cargos superiores. Aprofundaremos mais esta questão a seguir.

blemas desta vez. Esperamos, é claro, incorporar esse caso e o da ambição discreta em avanços futuros desta teoria, quando formos além do foco atual na ambição progressiva.

Como pressupomos que O_1 é o resultado menos preferido, podemos estabelecer arbitrariamente $U(O_1) = 0$, e as expressões (1) e (2) são simplificadas ao seguinte:

$$E(a_1) = P_1(O_2) U(O_2) - C(a_1) \quad (3)$$

$$E(a_2) = P_2(O_3) U(O_3) - C(a_2) \quad (4)$$

Sendo assim, o valor esperado de concorrer a cada cargo é uma função da probabilidade de vencer, do valor do cargo e dos custos da candidatura. Segundo nosso pressuposto de racionalidade, o ator só concorrerá a um cargo superior se $E(a_2) > E(a_1)$.

A partir do dito acima, verificamos, em um contexto mais formal, a relevância da “estrutura de oportunidades” que Schlesinger considerou tão importante em sua pesquisa, pois os valores dos elementos no lado direito da expressão (4) são, em grande medida, definidos pela estrutura de oportunidades e determinam os riscos de concorrer a um cargo superior. Quanto mais elevados forem os riscos, menos probabilidade o ator tem de concorrer. Passamos agora a aplicar essas predições à situação específica de deputados e à perspectiva de concorrer a senador ou governador, e apresentaremos uma série de hipóteses sobre a situação. Neste momento, discutiremos apenas as hipóteses para as quais temos evidências empíricas; outras hipóteses para testagem futura serão discutidas depois da apresentação dos dados. Portanto, limitaremos esta discussão ao valor do cargo superior, à probabilidade de se eleger para esse cargo e ao valor da cadeira na Câmara, todos os quais estão relacionados à estrutura de oportunidades. Depois de examinar esses fatores, introduziremos mais um conceito teórico relacionado aos próprios candidatos potenciais.

(1) *O valor do cargo superior.* Partimos do pressuposto de que (quase todos) os deputados têm ambição progressiva. Se lhes fosse apresentada uma oportunidade desprovida de custo ou risco, eles escolheriam ser senadores ou governadores. Parece razoável começar nossa discussão mencionando algumas razões para isso.

A atratividade de uma cadeira de senador em relação a uma na Câmara é bastante clara. Um ex-deputado que se elegeu para o Senado resumiu a situação da seguinte forma:

Acho que na época em que cheguei ao Congresso, o que eu realmente tinha em mente era o Senado. Eu gosto do ritmo do Senado e achava que havia muito mais oportunidade de causar um impacto como indivíduo do que na Câmara. Além disso, o mandato de senador é de seis anos. (...) É um emprego melhor.⁹

Outro ex-deputado enfatizou a organização menos hierárquica do Senado:¹⁰

Acho que uma das diferenças mais básicas entre a Câmara e o Senado é que no Senado você tem uma oportunidade de participar imediatamente. Na Câmara, é preciso esperar sua vez e trabalhar para avançar no sistema de antiguidade. O sistema de antiguidade limita muito mais as atividades dos indivíduos na Câmara do que no Senado, simplesmente por causa dos números envolvidos, 435 comparados com 100. Aqui, qualquer um pode chegar no Senado e – embora não tenha opção inicial de comissão – será colocado em uma posição onde há muito a fazer, e tem tanta atividade, tantos problemas, que você consegue imediatamente a visibilidade que pode nunca chegar a conseguir na Câmara, e tem um impacto imediato sobre a legislação, que talvez nunca tenha lá.

O cargo de governador, é claro, tem seus próprios atrativos, e um dos principais é a capacidade mais direta de controlar os resultados. Um senador, que havia sido governador de seu estado, disse:

O governador pode tomar uma decisão e executá-la. A Constituição dá muito poder ao governador de _____. Como senador, tomo uma decisão e falo sobre ela. Há uma enorme diferença.

Embora haja uma certa variação individual na avaliação dos dois cargos, tornando uma cadeira no Senado mais atrativa a alguns e um cargo de go-

⁹ Essa citação e outras usadas a seguir (a menos que identificadas de forma diferente) são oriundas de uma série de entrevistas com senadores e ex-senadores. As entrevistas foram feitas por Robert Peabody, Norman Ornstein e por mim, como parte de um estudo geral sobre o Senado. Eram entrevistas semiestruturadas e foram gravadas. Todos os sujeitos receberam a promessa de anonimato. Gostaria de agradecer à Russell Sage Foundation por nos financiar os custos da transcrição das fitas.

¹⁰ Para uma discussão geral sobre as diferenças entre Senado e Câmara, ver Froman (1967, capítulo I).

vernador, mais atrativo a outros, também há algumas características visíveis da estrutura de oportunidade dos deputados que afetam o valor relativo dos dois cargos e tornam mais atrativo candidatar-se ao Senado do que ao governo de estado.

Em primeiro lugar, e provavelmente, mais importante, vem o mandato de seis anos dos senadores. A máxima duração de um governador nos Estados Unidos é de quatro anos, e alguns estados têm mandatos de dois anos.¹¹ Um mandato mais longo dá mais tempo ao ator para que desfrute dos benefícios do cargo em vez de passar seu tempo tentando preservá-lo.

Em segundo lugar, há a questão da vulnerabilidade. Pesquisas recentes indicam que governadores que se candidatam à reeleição são, pelos menos um pouco, mais vulneráveis à derrota do que senadores na mesma situação. Dados referentes ao período de 1950 a 1970 mostram que 85,5% dos senadores que concorrem à reeleição têm êxito (Kostroski, 1973, p. 1217). Entretanto, os dados sobre os governadores que concorrem à reeleição exatamente no mesmo período (1950-1969) mostram que apenas 64,4% foram reeleitos.¹² Certamente, a probabilidade de reeleição ao cargo almejado afeta o valor que este tem para o indivíduo.

Uma terceira consideração tem muita relação com as perspectivas de se reeleger, e provavelmente é até mais relevante para nossa discussão: as perspectivas de fazer carreira em um cargo. Além de uma cadeira no Senado e do cargo de governador, os únicos cargos eletivos importantes são a presidência e a vice-presidência – e são poucos os que tentam e menos ainda os que obtêm. Portanto, nesse nível, as considerações sobre carreira ocupam uma posição importante. Nelson Rockefeller (republicano por Nova York.) detém pelo menos o recorde moderno de ocupação do cargo de governador: 15 anos. Na verdade, Schlesinger (1972b, p. 12) mostra que, dos 151 governadores durante a década entre 1950 e 1959, apenas 30,5% cumpriram mais de quatro anos de mandato. Contudo, na época da renúncia de Rockefeller ao cargo,

¹¹ Em 1969, o número era de dez. Ver Schlesinger (1972a, p. 143).

¹² Esses dados são derivados de Turett (1971, p. 118). Ele examina apenas um subconjunto de estados, eliminando aqueles que não permitiram reeleição durante algum tempo dentro do período de análise e os estados que foram “não competitivos” durante algum tempo daquele período. Obviamente, eliminar o segundo grupo reduz a porcentagem de sucesso dos governadores. Parece improvável, contudo, que a inclusão desses estados aumentasse a taxa de sucesso dos governadores até a dos senadores, principalmente ao se considerar que alguns desses estados (por exemplo, Arkansas, Califórnia, Kentucky, Massachusetts, Minnesota, Dakota do Sul) tiveram governadores não reeleitos durante o período em discussão.

em dezembro de 1973, 35 membros do Senado tinham igualado ou superado sua duração no cargo, e 60% tinham cumprido mais de quatro anos.¹³

Uma última consideração nesse sentido é apontada por Schlesinger (1966, p. 99-100):

O segundo vínculo visível entre os cargos é a semelhança de funções. A função legislativa requer habilidades e talentos semelhantes, seja na Câmara de Vereadores, seja no Senado Federal. As demandas feitas a juizes ou ocupantes de cargos executivos são diferentes. (...) Visivelmente, a semelhança funcional dos cargos é uma condição que afeta o curso das carreiras políticas.

A partir de todos esses elementos – maior duração do mandato, menor vulnerabilidade eleitoral, mais perspectivas de carreira e semelhança de funções – seria de se esperar que, em geral, os deputados dessem mais valor a uma cadeira no Senado do que a um governo estadual, e assim chegamos à nossa primeira hipótese.

H_1 : Entre deputados, a proporção de oportunidades de concorrer ao Senado que são aceitas será maior do que a proporção de oportunidades aceitas de concorrer a governador.

Embora argumentemos que as cadeiras no Senado são mais atrativas do que os governos estaduais, está claro que nem todos os governos são igualmente atrativos, pois diferem nos poderes conferidos ao ocupante do cargo, segundo as várias constituições estaduais (ver Schlesinger, 1972a). Seria de se esperar que um deputado federal de um estado com um cargo de governador poderoso considerasse a este mais atrativo do que o deputado de um estado com governador fraco. Embora não disponhamos de dados sobre os poderes dos governadores durante todo o período em questão e, portanto, não possamos testar essa expectativa, há uma característica na qual os governos diferem e sobre a qual há dados disponíveis: duração do mandato. Já observamos que um cargo com mandato mais longo deve ser mais atrativo em termos gerais do que um cujo mandato seja mais curto, e que os estados variam em termos da duração que estabelecem para o mandato de seus governadores. Um deputado cujo mandato for de dois anos considerará

¹³ Os números sobre os mandatos de senadores foram compilados de *Congressional Quarterly Weekly Report*, 6/1/1973, p. 24.

menos atrativo um cargo diferente cujo mandato também for de dois anos, mantidas as outras condições, do que um cargo diferente com mandato de quatro anos. Sendo assim, nossa segunda hipótese é:

H_2 : Entre deputados federais, as oportunidades de concorrer a cargos de governador com mandatos de quatro anos que são aceitas serão proporcionalmente mais numerosas do que as oportunidades aceitas de concorrer a governos com mandatos de dois anos.

(2) *A probabilidade de vencer a disputa por um cargo de nível superior.* Pressupomos acima que um deputado aceitaria uma cadeira no Senado ou um governo estadual se pudesse obtê-los sem custo nem risco, mas essas circunstâncias são raras, se é que chegam a existir. Os deputados que se candidatam a cargos superiores têm que enfrentar custos e riscos substanciais. Para muitos deles, $P_2(O_3)$ (a probabilidade de se eleger para esses cargos) será relativamente pequena, ao passo que, para outros, será substancialmente maior.

Um fator que afetará a probabilidade de conquistar um cargo superior é se o atual ocupante do cargo concorrerá ou não à reeleição. Como já vimos, os senadores e governadores têm uma chance de se reeleger bem maior do que 50%. Portanto, o risco de concorrer contra um candidato à reeleição é bem maior do que em caso de o ocupante do cargo não concorrer. Na verdade, para um ator que decidiu tentar outro cargo, essas considerações podem determinar o momento de fazê-lo. Um ex-governador que decidiu concorrer a um cargo de senador cujo ocupante não tentaria a reeleição, em vez de se candidatar à reeleição, disse:

Estávamos falando muito realisticamente sobre a situação que se desenvolveria se eu me candidatasse à reeleição para governador. Nesse caso, o mandato terminaria com o mandato de _____ no Senado, e se tentasse concorrer ao Senado, eu estaria concorrendo contra um senador que já estava no cargo há alguns anos, e, obviamente, para ser realista, é muito mais fácil entrar se alguém está saindo e não se tem que concorrer contra o ocupante do cargo, de qualquer dos partidos, e eu não teria chance melhor do que aquela.

Assim sendo, a terceira hipótese é:

H_3 : Entre deputados, em eleições para o Senado ou governos estaduais, as oportunidades de concorrer a um cargo superior que são aceitas em situações em que não

há candidato a reeleição serão proporcionalmente mais numerosas do que as oportunidades aceitas em situações em que o ocupante do cargo é candidato à reeleição.

Além da situação do atual ocupante do cargo, outro fator que afetará a probabilidade de vencer é o viés bipartidário da situação eleitoral. Embora a identificação partidária já não seja um fator de predição tão confiável quanto antes (ver, por exemplo, DeVries e Tarrance, 1972), alguns estados (principalmente, os do extremo sul) continuam sendo relativamente “seguros” para um partido ou outro. Se isso for verdade, então, obviamente, a probabilidade de um candidato vencer em um estado “seguro” para o outro partido é menor do que se o estado for competitivo ou seguro para o partido do próprio candidato.

Donde:

H_4 : Entre os deputados, as oportunidades de concorrer a eleições ao Senado e governos estaduais que são aceitas em estados “seguros” para o outro partido serão proporcionalmente menos numerosas do que as oportunidades aceitas em estados competitivos ou “seguros” para o partido do próprio candidato.

Uma última consideração que afetará a probabilidade de vencer está relacionada à base a partir da qual o candidato concorre. É sabido que o reconhecimento do nome é uma consideração importante em situações eleitorais. Os candidatos potenciais muitas vezes fazem pesquisas com o eleitorado que têm em mente, para determinar até onde são conhecidos, e os resultados dessas pesquisas afetam sua decisão de concorrer ou não. O nível de conhecimento de um candidato pelo eleitor afeta a decisão de voto (ver Stokes e Miller, 1962, e Ferejohn, 1977). Um elemento que terá um impacto substancial no reconhecimento pelo eleitor é o grau de sobreposição entre o eleitorado que o candidato potencial representa e aquele que ele gostaria de representar (ver Schlesinger, 1966, p. 99). Por exemplo, um eleitor do estado de Delaware selecionado aleatoriamente tem mais probabilidades de ter ouvido falar do único deputado desse estado do que um eleitor da Califórnia selecionado aleatoriamente tem de ter ouvido falar de qualquer um dos 43 deputados deste estado. Um senador de um estado com apenas uma vaga na Câmara, ao lhe pedirem que abrisse mão de uma cadeira segura para concorrer ao Senado, disse:

Basicamente, é a mesma disputa (...) no caso do Senado, é claro, meu predecessor está saindo, de modo que, de certa forma, eu era a pessoa que estava sendo desafiada, fosse na Câmara ou no Senado.

Outro senador, que deixou a Câmara depois de um mandato, descreveu seus cálculos mais detalhadamente:

Bom, foi uma decisão fácil de tomar porque só tem dois distritos em _____ e eu tinha estabelecido, junto com minha equipe, que sendo o primeiro democrata a concorrer e vencer naquele distrito em ___ anos, eu teria uma campanha difícilíssima à reeleição de qualquer forma, e que qualquer força que eu pudesse desenvolver como candidato a um segundo mandato no Congresso seria 95% da força de que eu precisaria para concorrer ao Senado, pela maneira como é a geografia lá e por onde está o centro de mídia, que está em outro distrito, de modo que quando eu aparecia na televisão ou saía na imprensa, ia para o outro distrito e saía no estado todo. Então, com o tempo, eu decidi que seria tão fácil concorrer ao Senado quanto à Câmara.

Sendo assim, argumentamos que, quanto maior o grau de sobreposição entre o eleitorado atual do candidato potencial e o eleitorado que ele pretende atingir, mais probabilidades ele terá de concorrer a um cargo superior.

Portanto, em termos gerais, esperar-se-ia que parlamentares de estados pequenos tivessem mais probabilidades de concorrer a cargos superiores do que os dos estados grandes, mas há outro fator que afeta o valor do cargo superior, e que nos leva a alterar essa expectativa. Embora se esperasse pouca diferença entre a atratividade de cadeiras no Senado por um estado grande e por um estado pequeno, o mesmo não se aplicaria aos governos estaduais. Em primeiro lugar, e tautologicamente, o governador de um estado grande governa mais gente do que o de um estado pequeno, pode ter um impacto significativo nas vidas de um número maior de pessoas, geralmente lida com um leque mais amplo de questões relacionadas a políticas públicas e tem mais probabilidade de ser observado pela mídia nacional.¹⁴

Em segundo, parece haver uma relação entre o tamanho do estado e os poderes dados ao governador. Schlesinger (1972a) formulou um índice dos poderes dos governadores em 1969.¹⁵ Se dividirmos os estados entre os que estão acima e os que estão abaixo da população média e também os dividirmos

¹⁴ Essa cobertura de mídia pode, potencialmente, traduzir-se em uma candidatura nacional. Os governadores de estados maiores muitas vezes são considerados potenciais candidatos a presidente (por exemplo, Reagan, da Califórnia, e Rockefeller, de Nova York). Candidatos presidenciais oriundos do Senado, por sua vez, parecem ter a mesma probabilidade de vir de estados pequenos (McGovern, Muskie) ou médios (Jackson, Humphrey) e de grandes. Para uma discussão mais profunda sobre essas questões, ver Peabody, Ornstein e Rohde, 1976)

¹⁵ Um resumo dos valores do índice aparece na p. 149. Subtraímos do índice combinado os valores derivados do potencial de mandato, já que examinamos esse aspecto separadamente.

entre os que estão abaixo e acima do valor médio do índice de Schlesinger, parece que, em 1969, os estados maiores tinham governadores relativamente mais poderosos, e os pequenos, governadores relativamente mais fracos. Entre os estados grandes, 64% estavam acima do valor médio do índice, ao passo que, entre os estados pequenos, apenas 28% estavam acima da média.

No caso dos governos estaduais, portanto, existe uma espécie de relação inversa entre atratividade do cargo e probabilidade de vitória. Sendo assim, não deve haver efeito claro do tamanho do estado sobre a decisão dos parlamentares de se candidatar a governador, de modo que limitamos nossa próxima hipótese às candidaturas ao Senado:

H_5 : A probabilidade de que um deputado federal concorra ao Senado está diretamente relacionada à proporção da população de seu distrito em relação à população do estado.¹⁶

(3) *O valor da cadeira na Câmara.* É lugar-comum observar que o poder na Câmara reside em suas comissões, e que o caminho para o poder nas comissões passa pelo sistema de antiguidade.¹⁷ Isso ainda é muito verdadeiro, apesar de recentes reformas voltadas a reduzir o poder dos presidentes de comissões.¹⁸ Assim sendo, se partimos do pressuposto de que uma importante motivação dos deputados é ter poder na Câmara (seja pelo poder em si, para aumentar sua probabilidade de se reeleger ou porque estão preocupados com os rumos das políticas¹⁹), quanto mais antigo for um deputado, mais poder ele terá, mais alto será o valor que dará à sua cadeira e menos probabilidades ele terá de concorrer a um cargo superior. Donde, a hipótese seis enuncia:

H_6 : Para eleições ao Senado e a governos estaduais, a probabilidade de que um deputado concorra será inversamente relacionada à sua antiguidade.

¹⁶ Uma terceira consideração, que se pode mencionar de passagem, é que os governadores de estados pequenos muitas vezes têm salários relativamente menores. Isso pode ser importante se o governador não tiver riqueza independente do cargo. Por exemplo, um dos fatores que aparentemente levaram o governador Dale Bumpers, do Arkansas, a desafiar o senador J. William Fulbright pela indicação democrata ao Senado foi o fato de que "o governo do Arkansas – que paga o menor salário do país, de 10.000 dólares – exige que ele invista seu próprio dinheiro no exercício do cargo" (*Congressional quarterly weekly report*, 23/2/1974, p. 397). O salário atual de um senador é de 57.500 dólares anuais.

¹⁷ A bibliografia sobre comissões da Câmara é ampla demais para ser detalhada aqui. Para um estudo recente sobre as comissões da Câmara e do Senado, ver Fenno (1973).

¹⁸ Para uma discussão sobre essas reformas, ver Ornstein e Rohde (1977; 1978).

¹⁹ Esses objetivos alternativos são discutidos em Fenno (1973, capítulo 2).

(4) *Aceitação de risco e ambição progressiva*. Até aqui, nossa teoria apontou o impacto de vários fatores situacionais (ou a “estrutura de oportunidades”) sobre a decisão de um deputado federal de concorrer ou não a um cargo superior. Esses fatores situacionais determinam os riscos que um candidato potencial deve enfrentar ao tentar ascender. Entretanto, os riscos não contam a história toda, ou seja (voltando às expressões 3 e 4, acima), se dois candidatos enfrentam o mesmo nível de $P_i(O_j)$ e $C(a_i)$, e cada um tem uma idêntica ordem de preferências na qual O_3 é preferido sobre O_2 , que é preferido sobre O_1 , pode ainda acontecer de um concorrer e outro não. Isso porque “algumas pessoas têm mais probabilidade de fazer opções de risco do que outras” (Riker e Ordeshook, 1973, p. 75).²⁰ As pessoas com a mesma ordem de preferências vão diferir na *intensidade* dessas preferências. Um deputado pode considerar uma cadeira no Senado mais desejável do que sua cadeira na Câmara, mas com uma diferença leve, enquanto ambas são fortemente preferíveis em relação a não ter cargo. Outro deputado pode considerar o cargo superior imensamente mais atrativo do que o que ocupa atualmente, que é apenas levemente preferível a voltar à vida privada. O segundo é o tipo de pessoa que convencionalmente chamamos de ambicioso, e aceitará riscos muito maiores para obter um cargo superior do que o primeiro. Na verdade, acreditamos que são as diferenças em intensidade de preferência e, portanto, na propensão de correr riscos eleitorais ao se candidatar, que distinguem o político ambicioso do não ambicioso. Essas considerações nos levam a nossa próxima hipótese:

H_7 : Se dois deputados têm oportunidades semelhantes de concorrer a um cargo superior e um deles é uma pessoa “propensa ao risco,” este terá uma probabilidade maior de concorrer do que o outro.

Isso conclui a discussão das hipóteses sobre as quais aplicaremos nossos dados. Discutiremos outras consequências de nossa teoria depois de apresentar alguns resultados empíricos.

Os dados

Os dados usados para testar a hipótese estão relacionados a todos os deputados da Câmara Federal dos Estados Unidos que tiveram oportunidade de concorrer a senador ou a governador em eleições entre 1954 e 1974, in-

²⁰ Ver, também, Shepsle (1972a; 1972b).

clusive. Para testar as hipóteses, precisamos de informações sobre a duração do mandato dos governadores, se o atual ocupante do cargo superior em disputa concorre à reeleição, o grau de competitividade interpartidária do estado, tamanho do estado e a antiguidade de cada ocupante atual do cargo.

Todas as estatísticas eleitorais, além das informações sobre duração dos mandatos de governador e sobre se o atual ocupante do cargo superior concorre à reeleição²¹ são dos volumes apropriados de *American votes*. Os dados sobre antiguidade foram obtidos em *Members of congress 1945-1970* (1971) e complementados com informações do *Congressional directory* de 1973.

Consideramos que um deputado teve oportunidade de concorrer a um cargo superior se ele tiver ocupado a cadeira na Câmara (sujeito às exceções discutidas a seguir) em um ano em que houve eleição em seu estado para senador ou governador e o cargo em questão era ocupado por um político do outro partido ou seu ocupante não concorria à reeleição. Sendo assim, para este estudo, não consideramos a possibilidade de um deputado disputar um cargo ocupado por alguém do seu próprio partido. Embora se espere que a natureza dos cálculos seja a mesma neste caso, as situações são bastante diferentes e demandam análises separadas.

Já declaramos que excluiríamos deputados com ambição discreta de nossa discussão teórica e de nossa análise empírica, portanto, não se considera que os deputados que renunciam à Câmara e anunciam seu afastamento no final do mandato tenham tido oportunidade de concorrer a um cargo superior. Em segundo lugar, como nossa consideração de ambição progressiva se limita ao Senado e a governos estaduais, qualquer deputado federal que concorra a qualquer outro cargo está excluído da análise. Em terceiro lugar, como limitamos nossa discussão a situações em que o deputado deve renunciar a sua cadeira na Câmara para concorrer a um cargo superior, cinco estados²² que elegem governadores em momentos diferentes de novembro de anos pares são omitidos da análise de deputados que concorrem a governador, assim como deputados de outros estados que concorrem em eleições especiais realizadas em momentos diferentes dos meses de novembro de anos

²¹ Considera-se que um deputado que concorra a um cargo superior está desafiando o ocupante do cargo mesmo se este for derrotado na indicação para reeleição e, portanto, não seja adversário na eleição geral. Contudo, limitamos nossa definição de ocupante a quem foi eleito ao cargo que ocupa, de modo que senadores indicados para cargos vagos e governadores que chegaram ao cargo em função da morte ou renúncia dos ocupantes anteriores do cargo não são considerados ocupantes.

²² Kentucky, Louisiana, Mississippi, Nova Jersey e Virginia.

pares.²³ Por fim, excluímos de nossa análise de qualquer eleição dada todos os deputados que foram eleitos à Câmara em eleições especiais a partir da eleição de novembro anterior. Em função da necessidade de planejar com antecedência uma campanha em âmbito estadual, esses deputados ficam quase impedidos de concorrer e, na verdade, nenhum deles concorreu.²⁴

É claro que, para testar a hipótese 7, precisamos de algum indicador sobre quais deputados federais são propensos ao risco. Uma possibilidade seria elaborar um questionário que contivesse indicadores da propensão a correr riscos e administrá-lo a um conjunto de candidatos potenciais, mas os custos seriam grandes e essa linha de ação seria impossível no intervalo de tempo com o qual estamos trabalhando. Em vez disso, pressupomos que seja possível empregar comportamento prévio como indicador de propensão ao risco. Especificamente, examinamos a situação em que cada deputado concorreu à Câmara pela primeira vez.²⁵ Classificamos como de alto risco as situações²⁶ nas quais (1) o ocupante do cargo estava concorrendo à reeleição ou (2) não havia ocupante concorrendo, mas o outro partido tivera uma média de 57%

²³ Faz-se uma exceção no caso de deputados de estados em que seu partido, na época de sua oportunidade de concorrer, fez indicações para cargos de nível estadual em convenções partidárias e não em primárias. Todos os deputados nessa situação (que, fora isso, enquadram-se na definição de oportunidade) são considerados como tendo tido oportunidade de concorrer, e qualquer deputado que tenha anunciado sua candidatura a senador ou governador é considerado como tendo concorrido, mesmo quando não teria aberto mão de sua cadeira na Câmara, a menos que tivesse realmente obtido a indicação de seu partido (as informações sobre esses casos foram obtidas em edições apropriadas de *Congressional quarterly weekly reports*). O argumento para se fazer essa exceção é o de que esses deputados estavam em situação semelhante a alguém que pudesse concorrer sem adversário na primária de seu partido.

²⁴ Todas as informações sobre deputados que concorreram à reeleição, a cargos superiores ou que seguiram outro rumo durante o período de 1954-1974 foram coletadas nos volumes apropriados de *Congressional Quarterly Almanac* e conferidas em relação a informações de *Biographical Directory of the American Congress, 1774-1971*.

²⁵ O leitor deve observar que usamos a situação na qual o deputado concorreu pela primeira vez, em vez de aquela em que ele foi eleito pela primeira vez. Ou seja, se um ator concorreu à Câmara em t_1 , perdeu e depois voltou a concorrer em t_2 e venceu, usa-se a situação em t_1 como indicador de propensão a correr riscos.

²⁶ As informações sobre situações de recrutamento foram coletadas de vários volumes de *Congressional Quarterly Almanac*, vários volumes de *America votes e de The biographical directory of the American Congress 1774-1971*. Os dados em *America votes* remontam apenas a 1946, de modo que não temos dados sobre margens eleitorais de deputados antes dessa data. Se um estado não reorganizou seus distritos, pode-se saber se o deputado derrotou o ocupante do cargo comparando listas de parlamentares no *The biographical directory*. Se o deputado não derrotou o ocupante, em relação ao período anterior a 1946, classificamos o distrito representado por um deputado durante cinco ou mais anos consecutivos como uma situação de alto risco para o candidato do outro partido. Alguns membros sobre os quais não conseguimos determinar essas informações, em função da redefinição de distritos, foram omitidos de todo o conjunto de dados.

ou mais dos votos nas três eleições anteriores²⁷ e o deputado que concorreu nessa situação foi classificado como propenso ao risco. Uma eleição em que o atual ocupante não concorresse à reeleição, mas que não se enquadrasse em (2) acima, foi classificada como de baixo risco e os deputados que disputaram uma primeira eleição nessas circunstâncias foram classificados como “outros.”²⁸

Essa compilação gera um conjunto de dados sobre 3.040 oportunidades de concorrer, das quais 111 (ou 3,7%) foram aceitas.²⁹

Testando as hipóteses

Nesta primeira análise exploratória, empregaremos tabulação cruzada para examinar o impacto de uma ou duas variáveis independentes de cada vez.³⁰ Cada tabela apresentará a proporção de oportunidades aceitas e fará o controle para verificar se os deputados em questão são propensos ao risco. Em termos gerais, os deputados têm cerca de três vezes mais probabilidades de concorrer a senador do que a um mandato de governador de quatro anos, e cerca de onze vezes mais do que a um mandato de governador de dois anos. Esse padrão se aplica a propensos ao risco e a outros. Mais uma vez, em termos gerais, os propensos ao risco têm cerca de duas vezes e meia mais probabilidades de concorrer a um cargo superior do que os não propensos.

Para que a compilação dos dados fosse administrável, combinamos o teste das hipóteses 3 e 4. Os deputados que têm uma oportunidade de concorrer foram colocados em uma de duas categorias: baixa probabilidade de vencer

²⁷ Se, em função da redistribuição distrital após 1946, as estatísticas eleitorais estivessem disponíveis apenas para uma ou duas eleições, esses dados foram usados para classificar a situação. Se houve redistribuição imediatamente antes da eleição relevante, foram comparados mapas dos limites antigos e novos até 1972. Se houve poucas alterações nos limites, foram empregadas estatísticas sobre as três eleições anteriores. Em caso de muitas alterações, a situação foi classificada como de baixo risco. Para deputados que concorreram pela primeira vez em 1972, empregamos dados de *Congressional districts in the 1970s* (1973) sobre votações partidárias anteriores dentro dos limites dos novos distritos.

²⁸ Não como “avessos ao risco”, pois não sabemos se eles não teriam se candidatado se o ocupante anterior estivesse concorrendo.

²⁹ Se contássemos os deputados em vez de oportunidades, o resultado seria de 911 possíveis candidatos, dos quais 109 concorreram. Há dois candidatos a menos porque dois membros (Robert Taft, de Ohio, e Sam Stratton, de Nova York) concorreram duas vezes.

³⁰ Embora nosso método de testagem seja semelhante ao usado na maioria das análises de ambição, pretendemos, em pesquisas futuras, empregar a análise *probit* multivariada, que permitirá a avaliação de todas as hipóteses ao mesmo tempo. Para uma discussão dessa técnica, ver McKelvey e Zavoina (1975) e Aldrich e Cnudde (1975).

ou alta probabilidade de vencer. A primeira categoria incluía deputados que teriam que enfrentar o atual ocupante do cargo como candidato à reeleição ou que concorriam em um estado onde o outro partido tivera 57% ou mais dos votos para senador ou governador nos quatro anos anteriores; a segunda categoria inclui outros deputados (observe que essa classificação não implica um significado absoluto, e as probabilidades só são altas ou baixas em relação uma com a outra). Sendo assim, nossa predição combinada é de que a proporção de deputados que concorrem a cargos superiores quando a probabilidade de vitória é alta será maior do que a proporção que concorre quando essa probabilidade é baixa. A Tabela 1 apresenta os dados relevantes.

Tabela 1 – Proporção de deputados que concorrem a cargos superiores, com controle de propensão ao risco e tipo de cargo

cargo	o deputado é:		total
	propenso ao risco	outro	
governador com mandato de dois anos	0,6 (180)*	0,4 (252)	0,5 (432)
governador com mandato de quatro anos	3,6 (522)	0,8 (623)	2,1 (1145)
senador	7,8 (715)	3,9 (748)	5,8 (1463)
total	5,4 (1417)	2,2 (1623)	3,7 (3040)

*Número de oportunidades.

Embora os resultados estejam na direção da predição, o impacto da probabilidade de vitória parece ser mínimo, mas a razão para essa aparente falta de relação fica clara quando fazemos o controle do tipo de cargo (ver a Tabela 3). Ao se comparar cada célula na Parte A (metade superior) da Tabela 3 à célula correspondente na parte B, quase sempre se encontra uma diferença razoavelmente substancial entre as duas proporções. A diferença entre estes resultados e os da Tabela 2 se deve ao fato de que eleições para o Senado oferecem, em sua maioria, oportunidades com baixa probabilidade, ao passo que eleições para governador oferecem majoritariamente oportunidades com alta probabilidade (porque os ocupantes de cargos têm mais probabilidades de concorrer em eleições para o Senado).

Tabela 2 – Proporção de deputados que concorrem a cargos superiores, com controle de propensão ao risco e probabilidade de vitória

deputado é	porcentagem de oportunidades aceitas		
	probabilidade alta de vitória	probabilidade baixa de vitória	total
propenso ao risco	6,0 (603)*	4,9 (814)	5,3 (1417)
outro	2,8 (795)	1,6 (828)	2,2 (1623)
total	4,1 (1398)	3,2 (1642)	3,7 (3040)

*Número de oportunidades

Os dados da Tabela 3 oferecem um teste bastante forte da teoria, já que as quatro primeiras hipóteses, mais a hipótese 7, são examinadas simultaneamente. Pode-se observar que cada um dos elementos considerados até aqui tem efeitos independentes. Se examinarmos o caso da probabilidade mais elevada do ponto de vista da teoria (propensos ao risco com oportunidades no Senado e alta probabilidade de vitória), a proporção dos que concorrem é mais do que um em dez, enquanto, em vários de casos de baixa probabilidade, a proporção dos que concorrem é zero. Entretanto, o fato de que, na situação mais atrativa mostrada nesta tabela, apenas uma oportunidade em dez é aceita indica o quanto os riscos são elevados, mesmo nessas circunstâncias. Mais uma vez, a situação só é atrativa em relação às outras, e não em termos absolutos.

O leitor notará que há uma célula na Tabela 3 que rompe com o padrão predito (não propenso ao risco, mandato de governador de dois anos, baixa probabilidade de vitória). Esse desvio se deve ao fato de um único deputado estar concorrendo e, como acontece com frequência, o caso desviante é esclarecedor. Em 1962, como resultado do Censo de 1960, o estado de Michigan ganhou mais uma vaga na Câmara, definida como representante do estado como um todo (*at-large seat*) e Neil Staebler (democrata) a conquistou. Em 1964, os distritos do estado foram redefinidos, e essa cadeira foi eliminada. No mesmo ano, haveria eleição para uma cadeira no Senado e para o governo do estado. O Senado foi conquistado por um popular democrata, Philip Hart, que era candidato à reeleição. O governo ficou com o Republicano George Romney, que também fora eleito pela primeira vez em 1962, derrotando um governador democrata com 51,4% dos votos, que concorria a um segundo

mandato. Romney foi o primeiro republicano a vencer o governo do estado desde 1946. Portanto, Staebler se deparou com uma série de alternativas. Ele *não* poderia concorrer à reeleição, pois sua cadeira tinha desaparecido, mas poderia (1) não concorrer (obviamente não atrativo), (2) concorrer a um dos novos distritos eleitorais abertos (não atrativo para alguém que já vencera uma eleição de âmbito estadual ou (3) concorrer, a partir de sua base estadual, contra um governador republicano que se elegera com uma margem menor do que a que ele mesmo obtivera, no que parecia ser um ano excelente para os democratas (obviamente não uma alternativa ideal, mas, aparentemente, a melhor entre as que estavam disponíveis). Além disso, enquanto o mandato de governador era de apenas dois anos, sob a nova constituição de Michigan, a eleição seguinte seria para um mandato de quatro anos. Staebler escolheu a terceira opção e sofreu uma fragorosa derrota para Romney.

Tabela 3 – Proporção de deputados que concorrem a cargos superiores, com controle de propensão ao risco e tipo de cargo

A. Probabilidade de vencer é alta			
Deputado é:			
cargo	propenso ao risco	outro	total
governador com mandato de dois anos	1,1 (90)*	0,0 (124)	0,5 (214)
governador com mandato de quatro anos	4,5 (309)	1,2 (410)	2,6 (719)
senador	10,3 (204)	6,5 (261)	8,2 (465)
total	6,0 (603)	2,8 (795)	4,1 (1398)
B. Probabilidade de vencer é baixa			
Deputado é:			
cargo	propenso ao risco	outro	total
governador com mandato de dois anos	0,0 (90)	0,8 (128)	0,5 (218)
governador com mandato de quatro anos	2,3 (213)	0,0 (213)	1,2 (426)
senador	6,8 (511)	2,5 (487)	4,7 (998)
total	4,9 (814)	1,6 (828)	3,2 (1642)

*Número de oportunidades

Uma alternativa disponível para testar a hipótese 5 seria certificar-se da população de cada distrito eleitoral, determinar a proporção da população do estado contida em cada um deles e, depois, classificar os distritos de acordo com essas proporções. Entretanto, considerando-se que os números da população nos distritos são baseados em dados do censo e esses números se tornam cada vez menos confiáveis à medida que passa o tempo depois de sua realização, seguimos o caminho mais curto de determinar a quantidade de sobreposição entre o eleitorado distrital e o eleitorado estadual através do número de distritos eleitorais do estado. A seguir, agrupamos os estados em cinco categorias: 1 ou 2 distritos, 3 a 6 distritos, 7 a 10 distritos, 11 a 19 distritos e 22 distritos ou mais.³¹ Esses dados são apresentados na Tabela 4.³²

Tabela 4 – Proporção de deputados que concorrem a senador, com controle de propensão ao risco e número de distritos no estado

número de distritos no estado	porcentagem de oportunidades aceitas quando o deputado é:		
	propenso ao risco	outro	total
1 ou 2	45,9 (37)*	28,3 (46)	36,1 (83)
3 a 6	9,3 (86)	11,3 (53)	10,1 (139)
7 a 10	4,9 (182)	2,4 (124)	3,9 (306)
11 a 19	6,5 (124)	1,8 (163)	3,8 (287)
22 ou mais	4,9 (286)	1,1 (362)	2,8 (648)
total	7,8 (715)	3,9 (748)	5,8 (1463)

*Número de oportunidades

Conclui-se que a proporção se sustenta nos dados. Para propensos ao risco e outros, combinados, a proporção de oportunidades aceitas se reduz de forma constante à medida que aumenta o número de distritos no estado

³¹ A omissão de 20 e 21 distritos dos agrupamentos se deve ao fato de que nenhum estado tinha este número de distritos durante o período.

³² Quatro oportunidades de membros de cadeiras que representavam todo o eleitorado de estados inteiros com mais de dois distritos são incluídas na categoria de 1 ou 2 distritos.

em questão. Mais do que isso, a relação é claramente não linear. A probabilidade de um deputado concorrer ao Senado em um estado com apenas um ou dois distritos, onde já há grande sobreposição do eleitorado, é mais do que uma em três, cai abruptamente a cerca de um em dez para a categoria seguinte, volta a cair abruptamente para a terceira, com a proporção de oportunidades aceitas nas três últimas categorias sendo mais ou menos a mesma. Ademais, em quatro das cinco categorias de distrito, uma comparação das proporções de propensos ao risco e outros mostra que as primeiras são muito maiores do que as outras. Na verdade, na situação teoricamente mais atrativa (propensos ao risco, 1 ou 2 distritos), a proporção dos que concorrem se aproxima de um em dois, o que é quarenta vezes maior do que na situação menos atrativa.

Trataremos agora da última de nossas hipóteses iniciais. Durante a análise inicial para este artigo, não foram compilados os dados relativos à antiguidade, de modo que iríamos testar a hipótese de antiguidade em uma versão futura desta análise. Todavia, podem-se apresentar algumas informações relacionadas à hipótese, de modo que se decidiu incluí-las aqui, embora sejam principalmente dados retrospectivos. O número médio de mandatos consecutivos exercidos por deputados entre 1953 e 1969 foi de 5,22³³ e o número médio de mandatos exercidos pelos 111 deputados que concorreram a cargos superiores foi de 3,52. Portanto, os deputados que concorreram a cargos superiores exerciam cerca de um mandato e meio a menos do que o deputado médio. Além disso, concluímos que o nível de antiguidade que os candidatos possuíam varia segundo a categoria de propensão ao risco, o tipo de cargo e a probabilidade de vitória (ver a Tabela 5). Entre os deputados que concorreram a senador, a única diferença grande é entre aqueles com a oportunidade menos atrativa (não propenso ao risco, baixa probabilidade de vitória) e todos os das outras células. Porém, a maioria das outras comparações possíveis (como entre candidatos a governador) mostra diferenças mais substanciais. Este é, obviamente, o teste direto mínimo de qualquer das hipóteses, e os resultados devem ser considerados extremamente tentativos.

³³ Esses dados sobre antiguidade na Câmara foram coletados como parte de um estudo sobre rotatividade naquela casa entre 1791 e 1968, relatado em Fiorina, Rohde e Wissel (1975).

Tabela 5 – Antiguidade dos deputados federais que concorrem a cargos superiores, com controle de propensão ao risco, tipo de cargo e probabilidade de vitória

A. Cargo de senador			
deputado é	probabilidade de vitória era		
	alta	baixa	total
propenso ao risco	4,05 (21)	3,46 (35)	3,68 (56)
outro	3,88 (17)	2,58 (12)	3,34 (29)
total	3,97 (38)	3,23 (47)	3,56 (85)

B. Cargo de governador			
deputado é	probabilidade de vitória era		
	alta	baixa	total
propenso ao risco	4,19 (16)	2,50 (4)	3,85 (20)
outro	2,00 (5)	1,00 (1)	1,83 (6)
total	3,67 (21)	2,20 (5)	3,38 (26)

Observação: Os valores nas células indicam a média de mandatos consecutivos exercidos pelos deputados (o número de deputados na célula está entre parênteses).

Resumo e conclusões

Este estudo diferiu da maioria das outras análises sobre ambição em dois aspectos: primeiro, tentamos dar uma base teórica mais concreta ao estudo da ambição progressiva; segundo, nossa análise foi prospectiva e não retrospectiva. Ou seja, tentamos prever quais candidatos potenciais realmente concorreriam a um cargo superior ao que ocupavam, em vez de analisar os padrões de carreira dos atores que concorrem.

Escolhemos como contexto para nossa análise os deputados federais dos Estados Unidos e sua decisão de concorrer ou não a senador ou governador. O período de análise foi de 1954 a 1974. Partimos da premissa de que a ambição progressiva era disseminada entre os deputados, que eles são maximizadores da utilidade esperada e que a decisão de concorrer a um cargo de nível superior ao seu depende da probabilidade de vitória, do valor do cargo

e dos custos da disputa, com cada um dos três fatores aplicados à cadeira na Câmara e ao cargo superior potencial.

A seguir, apresentamos algumas hipóteses sobre ambição progressiva entre deputados federais. Os dados sustentaram as seguintes predições: (1) os deputados têm mais probabilidades de concorrer a senador do que a governador, (2) os deputados têm mais probabilidades de concorrer a governador se o mandato em questão for de quatro anos em vez de dois, (3) os deputados têm mais probabilidades de concorrer a um cargo superior se a probabilidade de vitória for alta do que se for baixa (onde baixa probabilidade é indicada pela candidatura à reeleição do atual ocupante do cargo ou se o estado for seguro para o outro partido) e (4) os deputados têm mais probabilidades de concorrer ao Senado em um estado pequeno do que em um estado grande. Além disso, parece que é mais provável que deputados menos antigos concorram a cargos superiores do que os mais antigos.

Também introduzimos o conceito de *propensão ao risco*. Afirmamos que é mais provável que os propensos a correr riscos concorram a cargos superiores do que os deputados que não eram propensos ao risco. Usamos a situação em que um deputado concorreu pela primeira vez à Câmara como indicador de propensão a correr riscos. Os dados sustentaram a predição em quase todas as situações examinadas.

Como observado anteriormente, os resultados apresentados são preliminares. Quaisquer conclusões finais devem esperar uma análise multivariada na qual todas as variáveis que discutimos sejam examinadas simultaneamente. Ademais, além das hipóteses que apresentamos acima, outras também resultam da teoria e terão que ser testadas em um momento posterior. Antes de concluir, cabe apontar algumas delas.

Em primeiro lugar, com relação à probabilidade de vitória na eleição para um cargo superior, outras características da situação são obviamente relevantes além da presença ou não de um candidato à reeleição ou do nível de competição partidária. Senadores e governadores que concorrem à reeleição não são invulneráveis, e alguns *são* efetivamente derrotados. A margem com que foram eleitos anteriormente, principalmente se também concorriam à reeleição naquele momento, é um indicador de seu grau de vulnerabilidade. Quanto mais baixa for a margem, maior deve ser a probabilidade de que o deputado aceite a oportunidade de concorrer. Outra consideração relacionada a este aspecto que deve ser importante é a natureza

da concorrência pela indicação ao cargo superior em ambos os partidos. Um deputado consideraria muito mais atrativa a situação em que o único adversário a enfrentar pela indicação de seu partido fosse o ocupante de um cargo local ou alguém que nunca ocupara cargo eletivo do que se o principal adversário fosse o governador do estado. Argumento semelhante aplicar-se-ia à concorrência pela indicação no outro partido se o atual ocupante do cargo não fosse candidato à reeleição. Portanto, esperar-se-ia que, quanto mais forte for a potencial oposição, é menos provável que o deputado aceite uma oportunidade de concorrer a um cargo superior.

Com relação ao valor do cargo atual do deputado, deve-se considerar mais do que a antiguidade na Câmara. O partido é um elemento importante: os republicanos têm menos poder na Câmara do que os democratas, e sua situação minoritária quase que certamente continuará, de forma que deve ser mais provável que concorram a um cargo superior do que seus colegas do partido majoritário. Outras questões relacionadas são: se o deputado é membro de uma comissão de prestígio, se é presidente ou membro importante de uma comissão ou subcomissão ou se é membro da direção partidária. Todas essas são posições de poder na Câmara e, portanto, é menos provável que os deputados que as ocupam concorram a um cargo superior.

Por fim, há a questão da probabilidade de conquistar o cargo atual. Embora a margem de vitória anterior seja, provavelmente, o melhor indicador disponível, não parece haver uma relação simples entre ela e a probabilidade de concorrer a um cargo superior. Em geral, uma margem grande na eleição anterior indica que o deputado está relativamente seguro em relação a um desafiante. Sendo assim, sua probabilidade de reeleição é alta e é menos provável que ele concorra a um cargo superior do que outro deputado que esteja menos seguro. Porém, no caso de deputados de estados pequenos, uma margem grande não apenas é garantia contra um desafiante, mas também é potencialmente uma vantagem ao concorrer a outro cargo. Se o deputado de um estado com um único distrito tiver recebido uma votação muito maior em sua eleição anterior do que o senador ou governador que está cogitando desafiar, a vantagem do ocupante do cargo pode ser eliminada em grande parte, o que tornaria mais atrativo o desafio potencial. À medida que aumenta o número de distritos eleitorais, os benefícios potenciais de uma margem eleitoral ampla na arena estadual declinam. Portanto, embora não esteja claro, a partir da teoria, qual é a relação precisa entre margem eleitoral e probabilidade de concorrer a cargos

superiores (já que essas duas forças pressionariam o deputado em direções opostas), *está* claro que deve haver uma relação positiva mais forte (ou uma relação negativa mais fraca) entre a margem anterior e a candidatura a um cargo superior entre deputados de estados com poucos distritos do que entre os que vêm de estados com muitos distritos.

Outro fator relacionado à probabilidade de manter o cargo atual é o impacto da redefinição de distritos. Se for prejudicado por ela, é mais provável que o deputado concorra a um cargo superior; por outro lado, se estiver seguro, é menos provável que concorra.³⁴

Isso conclui nossa discussão sobre as implicações de nossa teoria da ambição progressiva. Embora não tenha sido possível fazer um teste integral da teoria desta vez, acreditamos que as evidências apresentadas indicam fortemente que a teoria tem bastante potencial.

Referências bibliográficas

- ALDRICH, John & CNUDDÉ, Charles. 1975. "Probing the bounds of conventional wisdom: a comparison of regression, probit and discriminant analysis". *American Journal of Political Science*, n. 19, p. 571-608.
- Biographical directory of the American congress, 1774-1971*. 1971. Washington: Government Printing Office.
- BLACK, Gordon. 1972. "A theory of political ambition: career choices and the role of structural incentives". *American Political Science Review*, n. 66, p.144-159.
- CIBOSKI, Kenneth. 1974. "Ambition theory and candidate members of the Soviet Politburo". *Journal of Politics*, n. 36, p. 172-183.
- Congressional directory*. 1973. Washington: U. S. Government Printing Office.
- Congressional districts in the 1970's*. 1973. Washington: Congressional Quarterly Inc.
- Congressional Quarterly Almanac*. Various Years. Washington: Congressional Quarterly, Inc.
- Congressional quarterly weekly report*, 6/1/1973; 22/9/1973; 23/2/1974.

³⁴ O leitor notará que não se faz menção separada a qualquer dos fatores de custo – $C(a_1)$ ou $C(a_2)$. Isso porque não conseguimos produzir qualquer indicador variável de custo que não tenha sido considerado em algum outro lugar. Por exemplo, os custos de concorrer a cargo superior serão maiores, mantidos os outros fatores, em estados grandes do que nos pequenos. Sendo assim, é menos provável que o deputado de um estado grande concorra a tal cargo.

- DeVRIES, Walter & TARRANCE, V. Lance. 1972. *The ticket-splitter*. Grand Rapids, Mich.: William B. Eerdmans.
- FENNO, Richard. 1973. *Congressmen in committees*. Boston: Little Brown.
- FEREJOHN, John. 1977. "On the decline of competition in Congressional elections". *American Political Science Review*, n. 71, p. 166-176.
- FIORINA, Morris; ROHDE, David & WISSEL, Peter. 1975. "Historical change in House turnover". In: ORNSTEIN, Norman (ed.). *Congress in change*. New York: Praeger.
- FISHEL, Jeff. 1971. "Ambition and the political vocation: congressional challengers in American politics". *Journal of Politics*, n. 33, p. 25-56.
- FROMAN, Lewis A. Jr. 1967. *The congressional process: strategies, rules and procedures*. Boston: Little Brown.
- FROST, Murray. 1972. *Senatorial ambition and legislative behavior*. Tese de doutorado. Michigan: Michigan State University.
- GOLDBERG, Arthur. 1969. "Social determinism and rationality as bases of party identification". *American Political Science Review*, n. 63, p. 5-25.
- HAIN, Paul & SMITH, Terry. 1973. "Congressional challengers for the office of governor". *Paper apresentado à Reunião Annual da American Political Science Association*, 4 a 8 de setembro, Nova Orleans, Louisiana.
- KOSTROSKI, Warren. 1973. "Party and incumbency in postwar senate elections: trends, patterns, and models". *American Political Science Review*, n. 67, p. 1213-1234.
- LUCE, R. Duncan & RAIFFA, Howard. 1957. *Games and decisions*. New York: Wiley.
- McKELVEY, Richard & ZAVOINA, William. 1975. "A statistical model for the analysis of ordinal level dependent variables". *Journal of Mathematic Sociology*, n. 4, p. 103-120.
- Members of Congress, 1945-1970*. 1970. Washington: Congressional Quarterly.
- MEZEY, Michael. 1970. "Ambition theory and the office of Congressman". *Journal of Politics*, n. 32, p. 563-579.
- ORNSTEIN, Norman & ROHDE, David. 1977. "Shifting forces, changing rules and political outcomes: the impact of congressional change on four House committees". In: PEABODY, Robert & POLSBY, Nelson (eds.). *New perspectives on the House of Representatives*. 3ª ed. Chicago: Rand McNally.
- _____. 1978. "Political parties and congressional reform, 1970-1975." In:

- FISHEL, Jeff (ed.). *Parties and elections in an anti-party age*. Bloomington: Indiana University Press.
- PEABODY, Robert; ORNSTEIN, Norman & ROHDE, David. 1976. "The United States Senate as a presidential incubator: many are called but few are chosen". *Political Science Quarterly*, n. 91, p. 237-258.
- PREWITT, Kenneth & NOLAN, William. 1969. "Political ambitions and the behavior of incumbent politicians". *Western Political Quarterly*, n. 22, p. 298-308.
- RIKER, William H. & ORDESHOOK, Peter C. 1973. *An introduction to positive political theory*. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall.
- SCAMMON, Richard (ed.). 1956. *Various years: America votes*. Washington: Congressional Quarterly.
- SCHLESINGER, Joseph. 1966. *Ambition and politics: political careers in the United States*. Chicago: Rand McNally.
- _____. 1972a. "A comparison of the relative positions of governors". In: BEYLE, Thad & WILLIAMS, J. Oliver (eds.). *The American governor in a behavioral perspective*. New York: Harper and Row.
- _____. 1972b. "The governor's place in American politics". In: BEYLE, Thad & WILLIAMS, J. Oliver (eds.). *The American governor in a behavioral perspective*. New York: Harper and Row.
- SHEPSLE, Kenneth. 1972a. "Parties, voters and the risk environment: a mathematical treatment of electoral competition under uncertainty". In: NIEMI, Richard & WEISBERG, Herbert (eds.). *Probability models of collective decision making*. Columbus: Ohio: Charles E. Merrill.
- _____. 1972b. "The strategy of ambiguity: uncertainty and electoral competition". *American Political Science Review*, n. 66, p. 555-568.
- SPRAGUE, John. 1971. "Some problems for economic theories of political behavior". *Paper apresentado à Reunião Anual da American Political Science Association, 7 a 11 de setembro, Chicago, Ill.*
- STOKES, Donald & MILLER, Warren. 1962. "Party government and the saliency of congress". *Public Opinion Quarterly*, n. 26, p. 531-546.
- SWINERTON, E. Nelson. 1968. "Ambition and American state executives". *Midwest Journal of Political Science*, n. 12, p. 538-549.
- TURRETT, J. Stephen. 1971. "The vulnerability of American governors: 1900-1969". *Midwest Journal of Political Science*, n. 15, p. 108-132.

Resumo

O artigo analisa a decisão dos membros da Câmara de Deputados dos Estados Unidos (*House of Representatives*) de concorrer ou não a um cargo superior (governador ou senador) durante o período de 1954 a 1974. O trabalho difere de análises anteriores sobre ambição por oferecer uma base teórica mais concreta para o estudo da ambição progressiva e tentar prever quais deputados vão se candidatar a cargos superiores, mais do que apenas analisar as carreiras daqueles que o fizeram. Apresentam-se hipóteses que tratam da probabilidade de se eleger para o cargo superior, do valor deste cargo, do valor do cargo atual e do impacto causado pela condição de “propensos ao risco” ou não dos deputados. A seguir, testam-se as hipóteses. Por fim, discute-se uma série de outras hipóteses que resultam da teoria.

Palavras-chave: carreira política; propensão ao risco; ambição progressiva.

Abstract

This study analyzes the decisions of members of the House on whether to seek higher office (governor or senator) during the period 1954-1974. It differs from previous ambition analyses in that it offers a more concrete theoretical base for the study of progressive ambition and it attempts to predict which members will seek higher office rather than just analyze the careers of members who did run. Hypotheses are offered which deal with the probability of winning a higher office, the value of the higher office, the value of the present office, and the impact of whether or not members are “risk-takers.” These hypotheses are then tested. Finally, a number of other hypotheses which follow from the theory are discussed.

Key words: political career; risk-bearing; progressive ambition.